



VOTAÇÕES EFETUADAS EM 2017-01-27

DELIBERAÇÃO

⇒ [Voto n.º 204/XIII/2.ª](#), apresentado pelo PAR, PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN, de Pesar pelo falecimento do Professor Mário Ruivo;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Voto n.º 202/XIII/2.ª](#), apresentado pelo PAN, de Pesar pelo falecimento de Isidro Baldenegro;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Voto n.º 203/XIII/2.ª](#), apresentado pelo PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN, de Pesar pelo Dia Internacional de Memória das Vítimas do Holocausto;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Voto n.º 201/XIII/2.ª](#), apresentado pelo PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN, de Saudação para manter as promessas às mulheres e às raparigas;

Aprovado por unanimidade



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ Projeto de Lei n.º 305/XIII/2.ª (PSD) – Alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental;

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – PS

Aprovado

Baixa à 1.ª Comissão

⇒ Projeto de Lei n.º 373/XIII/2.ª (CDS-PP) – Altera o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho (“Define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental”), criando normas sobre dispensa de serviço dos bombeiros que desempenham funções na Administração Pública;

Favor – PSD, BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – PS

Aprovado

Baixa à 1.ª Comissão

⇒ Projeto de Lei n.º 376/XIII/2.ª (PAN) – Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, regulada pelo Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio;

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD

Abstenção – PS e CDS-PP

Rejeitado



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ **Projeto de Lei n.º 377/XIII/2.ª (PAN)** – Procede à alteração do regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho;

Favor – BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD

Abstenção – PS

Rejeitado

⇒ **Projeto de Lei n.º 379/XIII/2.ª (BE)** – Altera o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental;

Favor – BE, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – PSD e PS

Aprovado

Baixa à 1.ª Comissão

DELIBERAÇÃO

⇒ **Projeto de Resolução n.º 472/XIII/2.ª (PS)** – Recomenda ao Governo a criação de um Selo de Garantia para empresas com práticas responsáveis de contratação e inserção na vida ativa de jovens;

Favor – PS, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – PSD, CDS-PP e BE

Aprovado



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ Projeto de Lei n.º 307/XIII/2.ª (BE) – Cria um novo regime jurídico para combater o assédio no local de trabalho;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD e CDS-PP

Aprovado

Abstenção –

Baixa à 10.ª Comissão

⇒ Projeto de Lei n.º 371/XIII/2.ª (PS) – Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio em contexto laboral no setor privado e na administração pública;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Aprovado

Abstenção – PSD e CDS-PP

Baixa à 10.ª Comissão

⇒ Projeto de Lei n.º 375/XIII/2.ª (PCP) – Previne e combate o assédio no local de trabalho (12.ª alteração ao Código do Trabalho e 5.ª alteração ao Código do Processo do Trabalho);

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD e CDS-PP

Aprovado

Abstenção –

Baixa à 10.ª Comissão



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ Projeto de Lei n.º 378/XIII/2.ª (PAN) – Reforça a tutela contra os atos de assédio no âmbito das relações de trabalho;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD e CDS-PP

Abstenção –

Aprovado

Baixa à 10.ª Comissão

⇒ Projeto de Lei n.º 215/XIII/1.ª (PCP) – Repõe o regime de férias na função pública, designadamente o direito a 25 dias de férias anuais e majorações de dias de férias em função da idade, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD, PS e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado

⇒ Projeto de Lei n.º 216/XIII/1.ª (PCP) – Atribui o direito a 25 dias de férias anuais, procedendo à 11.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho;

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD, PS e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ Projeto de Lei n.º 161/XIII/1.ª (BE) – Reconhece o direito a 25 dias de férias no setor privado;

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD, PS e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado

⇒ Projeto de Lei n.º 370/XIII/2.ª (BE) – Reposição do direito a um mínimo de 25 dias de férias na função pública majorado, em função da idade, até aos 28 dias;

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD, PS e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado

⇒ Projeto de Lei n.º 380/XIII/2.ª (PAN) – Altera o Código do Trabalho, reconhecendo o direito a 25 dias úteis de férias;

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD, PS e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado



VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Lei n.º 381/XIII/2.ª \(PAN\)](#) – Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, reconhecendo o direito a 25 dias úteis de férias;

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD, PS e CDS-PP

Abstenção –

Rejeitado

VOTAÇÃO GLOBAL

⇒ [Proposta de Resolução n.º 35/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Montenegro para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, assinado em Lisboa, em 12 de julho de 2016;

Favor – PSD, PS, CDS-PP e PAN

Contra – BE

Abstenção – PCP e PEV

Aprovada

⇒ [Proposta de Resolução n.º 36/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Protocolo que altera a Convenção entre Portugal e a França para evitar a dupla tributação e estabelecer regras de assistência administrativa recíproca em matéria de impostos sobre o rendimento assinada em 14 de janeiro de 1971, assinado a 25 de agosto de 2016;

Favor – PSD, PS, CDS-PP, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – BE

Aprovada



VOTACÃO GLOBAL

⇒ [Proposta de Resolução n.º 38/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Acordo de Cooperação no domínio da Defesa entre a República Portuguesa e a República Islâmica da Mauritânia, assinado em Nouakchott em 21 de outubro de 2010;

Favor – PSD, PS, BE, CDS-PP, PCP e PEV

Contra –

Aprovada

Abstenção - PAN

⇒ [Proposta de Resolução n.º 39/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana adotado em Caracas, em 11 de novembro de 1989;

⇒ [Proposta de Resolução n.º 40/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, adotado em Córdoba, Reino de Espanha, em 28 de novembro de 2007;

⇒ [Proposta de Resolução n.º 41/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Acordo Latino-Americano de Co-produção Cinematográfica adotado em Caracas, em 11 de novembro de 1989;

⇒ [Proposta de Resolução n.º 42/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Protocolo de Emenda ao Acordo Latino-Americano de Co-produção Cinematográfica, assinado em Bogotá, em 14 de julho de 2006;

Aprovadas por unanimidade



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

⇒ Estão em aprovação os Diários da A.R., I Série, n.ºs 19 a 32 respeitantes às Reuniões Plenárias de 3, 4, 24, 25, 28, 29 e 30 de novembro de 2016, e os Diários n.ºs 26 a 33 respeitantes às Reuniões Plenárias 6, 7, 14, 15, 16, 21, 22 e 23 de dezembro de 2016.

Aprovados por unanimidade

⇒ Votação do **Parecer da Subcomissão de Ética da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias**; Ofício n.º 10/SE/2017.